



**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO TEMÁTICA
PROCESSANTE E DE NORMATIZAÇÃO SOBRE REVISÃO
DA DELIBERAÇÃO CONSEMA 36/95**

O Plenário do CONSEMA, em reunião havida no último dia 27 de fevereiro de 2012, atribuiu à Comissão Processante e de Normatização, por meio da Deliberação CONSEMA 04/2013, a tarefa de proceder à análise, revisão e atualização da Deliberação CONSEMA 36/1995.

Em reunião desta Comissão havida em 11 de março de 2013, foram designada a relatoria e iniciadas as discussões.

Em reunião havida no dia 04 de abril de 2013, a proposta foi discutida, aperfeiçoada e votada, tendo sido aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes.

Em atendimento à tarefa atribuída, resta a seguinte sugestão de redação para deliberação do Plenário do CONSEMA:

**“Deliberação CONSEMA Normativa .../2013
De ... de ... de 2013
.... Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA**

Estabelece os princípios, critérios e procedimentos que devem nortear os recursos de sua competência.

O **Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA**, usando de sua competência legal, e

Considerando o artigo 2º, inciso IX, da Lei Estadual nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que estabelece, dentre outras, a seguinte atribuição ao CONSEMA: decidir, em instância administrativa, os recursos que lhe forem submetidos para apreciação, na forma estabelecida em regulamento.

Considerando o artigo 2º, inciso IX, do decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, que estabelece, dentre outras, a seguinte atribuição ao CONSEMA: decidir, em instância administrativa, os recursos a respeito de matéria que lhe forem submetidos para apreciação;





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Considerando o artigo 3º, do decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, que dispõe caber recurso especial ao CONSEMA nos procedimentos referentes ao auto de infração por desrespeito à legislação ambiental;

Considerando o artigo 3º, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Estadual do Meio Ambiente (aprovado pela Deliberação CONSEMA 05/2010), que estabelece, dentre outras, a seguinte atribuição ao CONSEMA: decidir em instância administrativa, os recursos que lhe forem submetidos para apreciação, na forma do artigo 4º do Regimento,

Delibera:

CAPÍTULO I

DOS RECURSOS CONTRA AS DELIBERAÇÕES DO CONSEMA

Artigo 1º - Das deliberações proferidas pelo CONSEMA, caberá recurso administrativo dirigido à Secretaria-Executiva do Conselho.

Artigo 2º - O recurso poderá ser interposto:

I - exclusivamente pelo empreendedor, em caso de rejeição do empreendimento pelo Plenário do Conselho;

II - por qualquer interessado, nos demais casos.

Parágrafo único - É vedada aos membros integrantes do Conselho, bem como às entidades por eles representadas, a interposição de recurso.

Artigo 3º - O interessado, a qualquer tempo, poderá desistir do recurso.

Artigo 4º - A deliberação poderá ser impugnada em seu todo ou apenas em parte.

Artigo 5º - O prazo para interposição do recurso será de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação da deliberação no órgão da imprensa oficial.

§ 1º - Computar-se-á o prazo, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia sem expediente.

Artigo 6º - O recurso interposto por qualquer dos interessados legitimados a todos aproveita, salvo se distintos seus interesses.

Artigo 7º - O recurso, dirigido ao Secretário-Executivo do CONSEMA, deverá conter:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

- I** - nome e qualificação completa dos interessados;
- II** - prova da legitimação ativa (quando for o caso) e cópia da publicação da Deliberação;
- III** - a descrição pormenorizada dos fatos e fundamentos autorizadores do pedido;
- IV** - o pedido de nova deliberação;
- V** - indicação das peças do processo que devam ser trasladadas.

§ 1º - O recurso deverá ser protocolado na Secretaria-Executiva do CONSEMA.

§ 2º - Registrado em Livro Próprio, deverá ser autuado em separado, com as razões de recurso e documentos que a acompanham, bem como cópias das peças de interesse dos autos principais.

Artigo 8º - O recurso interposto contra deliberação do CONSEMA será recebido somente no efeito devolutivo.

Parágrafo único - A interposição do recurso não obstará a prática de qualquer ato administrativo decorrente da deliberação impugnada ou a tomada, pelo interessado, de outras medidas eventualmente cabíveis.

Artigo 9º - O prazo para processamento do recurso pela Comissão Temática Processante e de Normatização será de, no máximo, 30 dias úteis, a contar de seu protocolo.

Artigo 10 - O Relator designado deverá examinar os pressupostos de admissibilidade do pedido, bem como indicar resumidamente os fatos e fundamentos respectivos, submetendo-os à Comissão, que decidirá, por maioria de votos, a respeito do recebimento do recurso e do relatório final a ser encaminhado ao Plenário do CONSEMA.

§ 1º - O recebimento do recurso poderá ser liminarmente rejeitado por maioria de votos dos integrantes da Comissão Temática Processante e de Normatização, na hipótese do não atendimento aos pressupostos de admissibilidade.

§ 2º - Recusado o recebimento do recurso pela Comissão Temática Processante e de Normatização, na hipótese do parágrafo anterior, será publicada a deliberação no órgão da Imprensa Oficial, vedando-se a formulação de nova reclamação administrativa.

Artigo 11 - Poderá, a critério da Comissão Temática Processante e de Normatização, ser determinada a prestação de esclarecimentos técnicos pelos órgãos responsáveis, no âmbito e limites de atribuição da Secretaria Estadual do Meio Ambiente.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Parágrafo único - A Comissão Temática Processante e de Normatização indicará o órgão a ser ouvido, bem como especificará, circunstanciadamente, as informações necessárias à adequada apreciação do pedido, suspendendo-se automaticamente o decurso do prazo previsto no artigo 9º.

Artigo 12 - Recebido o recurso e elaborado o relatório final pela Comissão Temática Processante e de Normatização, deverá ser submetido a julgamento pelo Plenário do Conselho na primeira Reunião Ordinária subsequente, mediante inclusão regular na pauta.

Parágrafo único - O relatório será apresentado pelo Relator designado.

Artigo 13 - O recurso somente será acolhido com o voto de pelo menos dois terços do total dos membros integrantes do Conselho.

CAPÍTULO II

DOS RECURSOS CONTRA AUTO DE INFRAÇÃO

Artigo 14 - Nos procedimentos referentes ao auto de infração por desrespeito à legislação ambiental, caberá recurso ao CONSEMA:

I - das decisões proferidas em grau de recurso pelas autoridades ou órgãos do SEAQUA relativas a penalidades de multa de valor superior a 7.500 (sete mil e quinhentas) UFESPs.

II - da aplicação da pena de interdição.

Artigo 15 - O recurso contra auto de infração será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação ou notificação da decisão, e será dirigido à autoridade ou órgão prolator da decisão que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso devidamente instruído ao CONSEMA.

Artigo 16 - Recebido o recurso pelo Secretário-Executivo do CONSEMA, seguir-se-á o mesmo procedimento previsto nos artigos 9º a 13 desta Deliberação.

Artigo 17 - O recurso contra auto de infração não terá efeito suspensivo, salvo quanto à penalidade de multa.

Artigo 18 - Não caberá recurso das deliberações do CONSEMA que julgarem recursos contra auto de infração.

Artigo 19 - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala da CONSEMA, 04 de abril de 2013.
DANIEL SMOLENTZOV
Conselheiro-Relator

